

**ATA**

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador António Monteiro de Castro – Interveio sobre o processo de licenciamento da ECOIBÉRIA, lendo, em voz alta, um documento cujo teor a seguir se transcreve: “A propósito do caso ECOIBÉRIA temos vindo, desde a primeira hora, a manifestar as nossas profundas preocupações pela forma como tem corrido todo este processo. Tivemos na altura ocasião de afirmar que desde sempre reconhecemos a importância da captação de investimento como uma das formas mais eficazes para o combate ao desemprego, para a promoção da dinamização e diversificação do tecido económico do concelho. Que reconhecemos caber também ao Município a vital tarefa de assegurar, do ponto de vista político e técnico, que tais objetivos sejam concretizados com respeito absoluto pela salvaguarda do interesse dos vimaranenses e do seu

concelho. Que por essa mesma razão, sempre apoiámos, nos órgãos competentes, todas as medidas de desagravamento fiscal e de atratividade compatíveis com esse objetivo. E que, neste caso da ECOIBÉRIA, não cuidou a Câmara de saber os motivos pelos quais não ficou em Famalicão, sua primeira intenção; Não cuidou de saber com rigor a atividade económica da empresa; Não cuidou de salvaguardar o ordenamento do Território esventrando uma zona florestal e zona de REN; Não cuidou de salvaguardar o Bem-estar das Populações, nomeadamente as da zona habitacional contígua, assim como as da própria cidade já que se encontra praticamente às portas da cidade. E terminei perguntando ao senhor presidente: 1. Se não reconhece que haveria outras áreas industriais no município mais capazes para receber esta indústria assegurando simultaneamente o investimento e a preservação ambiental? 2. Se já se tinha inteirado completamente do processo ouvindo nomeadamente investidor e moradores por forma a delinear algum plano com vista a minimizar a situação. Acabamos agora de tomar conhecimento, através da comunicação social, que o processo de licenciamento da construção das instalações industriais da empresa **ECOIBÉRIA** se encontra suspenso. Ora, foi com muita apreensão que li as declarações do Sr. Presidente da Câmara que afirmava estar em causa a resolução de problemas jurídico legais e administrativos e que a suspensão seria levantada quando fossem apresentados elementos necessários para que se retome o processo de licenciamento, elementos que podem ser apresentados pela empresa ou pelos moradores. Senhor Presidente, sabendo como todos sabemos: Que se trata de um processo altamente melindroso em diversas vertentes; Que conta já com investimentos de elevada monta realizados pelo promotor; Que há compromissos assumidos pela Câmara para com investidor.



Gostaria que o Senhor presidente nos esclarecesse: 1. Qual é concretamente o **problema** que neste momento se coloca no processo de licenciamento; 2. Que **tipo de licenciamento** foi concedido à Empresa **ECOIBÉRIA** que lhe permitiu desenvolver os trabalhos já realizados até ao momento. Muito obrigado.” -----

2 – Vereador André Coelho Lima – Disse querer aproveitar este período para refletir sobre a dissolução da Associação de Municípios do Minho, assunto que hoje é dado a conhecer à Câmara. Recordou as intervenções feitas ao tempo sobre esta matéria, designadamente a sua participação como cidadão, dizendo que a resolução deste processo, volvidos doze anos, é para si, como vimezanense, um momento de regozijo. Acrescentou que o que se discutia na altura era a posição estratégica que Guimarães deveria ter no contexto daquilo que viessem a ser as diferentes regiões que pudesse integrar. Recordou a rejeição do referendo sobre a regionalização e a discussão, por iniciativa do Governo chefiado pelo Primeiro-Ministro Durão Barroso, do projeto das Grandes Áreas Metropolitanas como forma de incentivo ao surgimento de cidades médias. Neste contexto, lembrou a discussão que, ao tempo, foi feita em torno da então Grande Área Metropolitana do Minho (GAMM), designadamente se Guimarães deveria integrar esta unidade administrativa ou então agregar, e até liderar, uma unidade administrativa autónoma. Disse ter defendido que, no contexto de unidades administrativas que visavam o crescimento urbano, Guimarães deveria autonomizar-se e assumir um projeto seu e, de alguma forma, relacionado com aquilo que era a experiência da Associação de Municípios do Vale do Ave até aí. Disse ainda que, a nível local, esta questão consensualizou PS e PSD, acrescentando ter estado, na altura, de alguma forma, contra o seu partido, do qual já era filiado e deputado municipal. De

seguida, fez a leitura, em voz alta, de um excerto de uma obra editada, ao tempo, pelo Fórum Vimaranes relativa à interpretação do Presidente da Câmara, então Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, sobre esta matéria e que, do seu ponto de vista, não passa a estar errada por ter agora sido dissolvida a Associação de Municípios do Minho, dizendo perceber aquela perspetiva que, contudo, considera errada na medida em que favorecia a descontextualização histórica, sociocultural e económica dos territórios. Continuou, referindo que o que interessa é a perspetiva estratégica de Guimarães, apontando a circunstância de a proposta de lei ter visado o surgimento das cidades médias e de, nesse mesmo ano, existir um estudo das Nações Unidas que dizia que, em relação a Portugal e no ano de 2015, 70% da população estaria concentrada em Lisboa e no Porto, pelo que era importante desenvolver as cidades médias. Disse, ainda, que o mesmo estudo referia Guimarães como uma cidade com um potencial de desenvolvimento capaz de a tornar a médio prazo numa cidade de dimensão média. Por último, agradeceu o esclarecimento prestado pelo Vereador Amadeu Portilha sobre esta temática, tendo considerado importante rememorar a discussão feita na altura. ----

3 – Vereador Amadeu Portilha – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima esclareceu que a Grande Área Metropolitana do Minho foi extinta por decreto lei para serem criadas as Comunidades Intermunicipais do Cávado e do Ave. Contudo, e porque subsistiram fundos disponíveis após aquela extinção, os municípios em causa decidiram criar a Associação de Municípios do Minho, uma associação de fins específicos na área da proteção civil. Informou, ainda, que, em janeiro de 2014, o Município de Guimarães foi desafiado a assumir a presidência daquela associação tendo apresentado, no início deste ano, uma



proposta para a criação, em Bruxelas, de um gabinete de apoio às 12 Câmaras que integravam a Associação. Porém, não tendo havido consenso sobre esta matéria, disse ter-se decidido, de forma pacífica, pela extinção da Associação de Municípios do Minho.

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Congratulou-se com o início das obras de alargamento da Rua da Liberdade, referindo os benefícios que esta obra vai trazer; **b)** - Manifestou preocupação com as obras realizadas na Estrada Municipal 574 que liga Gondar a Pevidém, mais concretamente na Rua da Liberdade, referindo que a VIMÁGUA está a repor o pavimento nos locais onde interveio, mas como as intervenções são pontuais têm deixado defeitos no pavimento, demonstrando a necessidade de uma intervenção mais alargada e mais profunda; **c)** - Disse ter assistido a mais uma reunião com os moradores do Centro Histórico para que se pudessem pronunciar sobre matérias preocupantes, referindo que das intervenções que ouviu concordou com a explicação dada pelo Vereador Amadeu Portilha. Disse, contudo, não ter concordado com o aspeto relacionado com a medição dos níveis de ruído, matéria que considerou complexa e difícil de tratar, mas que era importante resolver. -----

4 - Presidente da Câmara – a) - Sobre a ECOIBÉRIA, disse que está a decorrer o processo de licenciamento, tendo surgido questões complexas do ponto de vista jurídico, estando o processo a ser analisado pelas equipas técnica e jurídica que decidiram pela sua suspensão até que seja devidamente instruído por todas as partes. Recordou que este processo tem sido muito escrutinado, considerando as intervenções das várias entidades envolvidas; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que Guimarães pode afirmar-se como uma cidade de média dimensão tanto na área geográfica do Minho como do Norte, quer integrada

na Associação do Quadrilátero Urbano ou na Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do AVE). Referiu que o que faz com que Guimarães se afirme como cidade de média dimensão é saber liderar processos políticos, administrativos, de afirmação de território nas diversas dimensões da sua dinâmica, considerando que Guimarães tem conseguido com sucesso tal desiderato, embora com desafios para o futuro. Acrescentou que as associações que mais se afirmam são aquelas que têm poder político, administrativo e financeiro, nomeadamente de gestão de fundos comunitários, exemplificando com a Associação do Quadrilátero Urbano que não tem instrumentos financeiros para aplicação de políticas públicas. Por outro lado, apontou a CIM do Ave como uma associação bem-sucedida nesta matéria já que tem um quadro comunitário para gerir. Por último, referiu que a atual crise que se vive no seio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e até mesmo na Grande Área Metropolitana do Porto faz com que os municípios, territórios e lideranças se debrucem sobre as melhores soluções, trazendo a esta problemática as entidades nacionais, que poderão encontrar soluções interessantes do ponto de vista da regionalização; **c)** - Sobre as obras na Rua da Liberdade, disse que a Câmara assumiu a execução da obra de alargamento da rua com reposição do muro, embora se esteja a diligenciar no sentido de apurar as responsabilidades de quem tinha obrigação de repor o muro; **d)** - Sobre a intervenção em Gondar, disse conhecer o assunto, informando que será encontrada uma solução juntamente com a VIMÁGUA. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de maio de 2016, que concordou com uma informação dos Serviços do



Departamento de Obras Municipais relativa à supressão de trabalhos da obra designada por "**Requalificação do Largo de Donães – Oliveira do Castelo**", no valor de €5.626,36 + IVA, bem como à abertura de novo procedimento, cuja estimativa orçamental é de €20.242,30 + IVA. -----

2. Da dissolução da Associação de Municípios do Minho. -----

3. Da arrematação definitiva da Loja A4 da Plataforma das Artes e da Criatividade a "Get Green, Mobilidade Elétrica, Lda.", pelo valor mensal de €500,01. -----

4. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de maio de 2016, que aprovou a conta final da empreitada designada em epígrafe, bem como o auto final, adjudicada a "NVE Engenharias Lda.", nos valores, respetivamente, de €295.507,11 + IVA e de €3.523,98 + IVA. -----

5. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 3 de junho de 2016, que concordou com a aquisição, a Maria do Carmo da Silva Oliveira do vale e João da Silva Oliveira, de uma parcela de terreno com a área total de 29 m², pelo valor de €1.143,00, destinada à execução da obra de Restabelecimento da Antiga EN 310 à Variante de Creixomil. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Adelina Paula Pinto não participou na discussão e na votação da proposta de ata por não ter estado presente na reunião.-----

CÂMARA - 24 DE JUNHO DIA UM DE PORTUGAL – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS – Presente a

seguinte proposta: "Na observância do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais aprovado em 2014 pelos Órgãos do Município, designadamente do seu art.º 5º, proponho, no âmbito das Comemorações do 24 de Junho dia Um de Portugal do corrente ano, a atribuição da Medalha de Mérito Social Municipal às seguintes personalidades, conforme fundamentação constante de anexos à presente proposta: - Belmiro Jordão; - José Inácio Peixoto Teles de Menezes; - José Luis da Silva Xavier Fernandes; - Padre José Machado; - José Novais de Carvalho; - Noémia Carneiro." A referida fundamentação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A referida fundamentação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR BELMIRO JORDÃO COM A MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR JOSÉ INÁCIO PEIXOTO TELES DE MENEZES COM A MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR JOSÉ LUÍS DA SILVA XAVIER FERNANDES COM A MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR O PADRE JOSÉ MACHADO COM A MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR JOSÉ NOVAIS DE CARVALHO COM A MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR NOÉMIA CARNEIRO COM A MEDALHA DE

**MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----****OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - 2016 - ERROS E OMISSÕES - RATIFICAÇÃO**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 24 de maio de 2016, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada em epígrafe, de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se anexa. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE LONGOS - AQUISIÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA ADAPTAÇÃO DO RINGUE DE LONGOS EM PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO – APOIO À FREGUESIA DE LONGOS – RETIFICAÇÃO DO VALOR

– Presente a seguinte proposta: “Em sessão realizada em 27 de fevereiro de 2016, A Assembleia Municipal deliberou sancionar a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 21 de janeiro de 2016, aprovando a atribuição de um apoio à Freguesia de Longos, no valor total de €12.500,00, destinado à aquisição, pela Câmara Municipal de Guimarães, dos projetos de especialidades para a obra de requalificação do Ringue Desportivo. Nesta sequência, a Divisão de Estudos e Projetos deu início ao respetivo procedimento concursal, tendo verificado que no valor base de €12.500,00, não tinha sido consideradas todas as especialidades, nomeadamente as referentes à disciplina de engenharia civil, ou seja, estabilidade e hidráulica, pelo que torna-se agora necessário proceder à retificação do valor em causa, passando de €12.500,00 para €22.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove

submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de Longos, no valor total de €27.675,00, valor referente à aquisição pela Câmara Municipal de Guimarães dos projetos de especialidades para a obra de requalificação do Ringue Desportivo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o

Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Não estamos de modo algum contra o apoio, ou o reforço desse apoio à Junta de Freguesia de Longos. Longos, terra vimaranense que com Braga partilha a Falperra, é merecedora da nossa atenção e, até pela sua distância do centro do concelho, de um especial cuidado na atribuição de investimentos. Por isso nada nos oporia de princípio à atribuição do montante de €22.500,00 – ou montante superior como tantas vezes tem sido atribuído a outras freguesias porventura menos necessitadas de verbas municipais – à Junta de Freguesia de Longos. No entanto, esta é uma situação específica. Desde logo – o que se lamenta e não pode deixar de ser assinalado – porque há aqui um reforço de €10.000,00 por não terem sido consideradas todas as especialidades associadas à obra de requalificação do Ringue Desportivo o que, convenhamos, não é circunstância admissível, isto é, não é aceitável que em Fevereiro deste ano tenha sido atribuído um apoio a esta freguesia para esta finalidade, e se tenham esquecido de considerar especialidades que seriam necessárias. Mas fundamentalmente porque esta obra de



requalificação do Ringue Desportivo – que consiste essencialmente na sua cobertura – é uma obra que tem sido contestada pelos habitantes das residências próximas desta unidade, por pressupor a elevação de uma estrutura de cerca de 8 metros de altura. E mais do que isso, porque segundo informações de que dispomos se trata de uma obra integrada num loteamento, isto é, que necessitará forçosamente da aprovação dos proprietários dos restantes lotes para poder vir a ser aprovada. Ora aí já estamos a falar da boa gestão de dinheiro público. Porque de facto, se é visível e pública a contestação (designadamente dos proprietários dos restantes lotes) à edificação desta estrutura, pode ser antecipável que venham a ser sentidas dificuldades na aprovação desta obra de requalificação. Ora, nesse contexto, gastar €27.675,00 em projetos de especialidades, se é previsível ou pelo menos possível a sua inviabilização, não é razoável, não é sensato e não é sobretudo boa gestão de dinheiro público. Pelo que dela nos demarcamos, não a aprovando, pelas razões expostas.” -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE BARCO – REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E APROVAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – Presente a seguinte

proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Barco, para a execução da obra designada por “Iluminação do Parque de Lazer”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €11.866,13. O Presidente da Junta de Freguesia informou da necessidade e urgência em proceder à construção de um muro na rua do Muro,

construção de uma baía de estacionamento e passeio na rua de S. Cláudio, e drenagem das águas pluviais na Travessa da Ponte Nova, pelo que propôs executar estas obras, no ano de 2016, em substituição do obra de Iluminação do Parque de Lazer. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação da deliberação da Câmara Municipal de 28 de maio de 2015 e da Assembleia Municipal, de 22 de junho de 2015 que aprovaram aquele Contrato de Atribuição de Subsídio. Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Barco, para a execução das seguintes obras: construção de um muro na rua do Muro, construção de uma baía de estacionamento e passeio na rua de S. Cláudio, e drenagem das águas pluviais na Travessa da Ponte Nova, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação da transferência da correspondente verba prevista para o ano 2016, no valor de €11.866,13.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - ALTERAÇÃO DO APOIO A CONCEDER NO ÂMBITO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E CONTRATOS DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO COM AS FREGUESIAS - ANO DE 2016 –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de



abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Mesão Frio, para a Requalificação do Parque Desportivo da Cruz D'Argola, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €27.003,68. O Presidente da Junta de Freguesia informou ter havido um lapso na indicação das obras que pretende executar no ano de 2016, nomeadamente: pavimentação da rua da Eira, reconstrução de muro e alargamento da rua de Santo Antonino, construção de passeio na rua Alberto Fernandes e rua Cruz D'Argola, requalificação do canteiro no Parque do Cemitério e melhoramentos no Parque de Lazer da Urbanização da Cruz D'Argola, solicitando a respetiva retificação. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação da deliberação da Câmara Municipal de 23 de abril de 2016 e da Assembleia Municipal, de 14 de abril de 2016 que aprovaram aquele Contrato de Atribuição de Subsídio a celebrar com a Freguesia de Mesão Frio. Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Mesão Frio, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), para a execução das seguintes obras: pavimentação da rua da Eira, reconstrução de muro e alargamento da rua de Santo Antonino, construção de passeio na rua Alberto Fernandes e rua Cruz D'Argola, requalificação do canteiro no Parque do Cemitério e melhoramentos no Parque de Lazer da Urbanização da Cruz D'Argola; a alteração do mapa de repartição de apoios anexo às deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da correspondente verba prevista para o ano 2016, no valor de

€27.003,68.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE LORDELO – INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PARQUE DE LAZER DE LORDELO –

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos com vista a instalação de Iluminação Pública no parque de lazer da Freguesia de Lordelo, uma vez que o parque de lazer não tem qualquer tipo de iluminação, o que condiciona e diminui a capacidade e regime de funcionamento no espaço. Nesta sequência e tendo por base o respetivo projeto de infraestruturas de eletricidade, o Departamento de Obras Municipais estimou o valor de €17.067,70, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a execução da obra de Iluminação Pública do Parque de Lazer de Lordelo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público do equipamento, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Lordelo de uma verba no valor de €18.000,00, destinada a financiar a execução da obra de Iluminação Pública no Parque de Lazer de Lordelo, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – CONSTRUÇÃO DE RINGUE DESPORTIVO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A União das



Freguesias de Atães e Rendufe solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a construção de um ringue desportivo, num terreno junto à Escola E.B.1 de Vinha, em Atães, de forma a proporcionar aos jovens de Atães e Rendufe um espaço para a prática informal de desporto, tendo apresentado para o efeito um orçamento no valor de €83.910,35, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público do equipamento, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Atães e Rendufe, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €80.950,00 destinado a financiar a execução da obra de construção de um Ringue Desportivo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARIA – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de alargamento e pavimentação da rua de Santa Maria, em Atães. Para o efeito, a União de Freguesias de Atães e Rendufe apresentou no Departamento de Obras Municipais um orçamento no valor de €86.949,46, acrescido de Iva à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à União de Freguesias de Atães e Rendufe de uma verba no valor de

€45.000,00, destinada à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA DE S. CRISTÓVÃO, FREGUESIA DE BRITO – Presente a seguinte informação: “O Sr.

Fernando Manuel Oliveira Pereira vem manifestar o seu interesse na aquisição de uma parcela de terreno com a área de 54,74m², situada na rua de S. Cristóvão (antigo lugar de Soutinho), da freguesia de Brito, cedida ao domínio público no âmbito do processo de obras licenciado pelo Alvará nº 1336/96, por si indevidamente ocupada. De acordo com informação da Divisão de Urbanismo, não há inconveniente na desafetação do domínio público da referida parcela de terreno. Conforme simulação efetuada através do sítio da internet das finanças em www.portaldasfinancas.gov.pt, o valor patrimonial tributário do indicado terreno é de €1.110,00 (mil cento e dez euros). Assim, submete-se à consideração superior a desafetação do domínio público da parcela de terreno com a área de 54,74m², localizada na rua S. Cristóvão, da freguesia de Brito, a confrontar do norte com arruamento público, do sul com prédio de Fernando Manuel Oliveira Pereira, do nascente com arruamento público e do poente com Maria Emília Pereira Cardoso, pelo preço de €1.110,00, acrescido dos custos administrativos do processo. Em caso de aceitação, e nos termos da alínea ccc), nº 1 do artigo 33º do Anexo



I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o assunto deverá ser submetido à Câmara para apresentação de proposta de aprovação à Assembleia Municipal, em harmonia com o disposto na alínea q), nº 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal. À consideração superior.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VITRUS AMBIENTE, EM, SA – PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – Presente a seguinte proposta: “Por deliberações da

Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2016 e da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2016, que se anexam e cujo teor aqui se dá por reproduzido (**Docs. 1 e 2**), foi decidido aprovar o aumento de capital social na VITRUS AMBIENTE, EM, SA - doravante designada por VITRUS - no valor nominal de €72.516,32 (setenta e dois mil, quinhentos e dezasseis euros), em espécie, através da transferência para aquela empresa dos seguintes equipamentos: a) uma viatura de recolha de resíduos 60-93-ZG - valor atribuído de €8.000,00; b) uma retroescavadora 67-NQ-28 - valor atribuído de €7.500,00; c) uma varredora Johnston CN 200 - valor atribuído de €40.493,98; d) um aspirador urbano glutton 2411 elétrica - valor atribuído de €16.522,34. No âmbito da fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas e após estudo mais aprofundado da matéria envolvida, verifica-se ser necessário, para além de instruir o processo com os elementos a seguir indicados, retificar o valor total do aumento de capital para €72.516,00, uma vez que as ações são de valor nominal de 1 (um) Euro, e alterar os

nºs 1 e 4 do art.º 19º dos Estatutos da VITRUS, em resultado do aumento de capital ora proposto. Assim, em posse destes elementos, deve o processo ser novamente submetido aos órgãos municipais competentes (Câmara e Assembleia Municipal), para que, em complemento das aludidas deliberações, aprove o aumento de capital na VITRUS e a alteração dos respetivos Estatutos nos precisos termos a seguir indicados: i) – O valor do aumento de capital é de €72.516,00; iii) – Devem ser alterados os nºs 1 e 4 do art.º 19º dos Estatutos da VITRUS, em resultado do aumento de capital ora proposto, que passam a ter a seguinte redação: “**1** - O capital social da VITRUS, integralmente realizado, é de 255.343,00 Euros (duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e três euros), dividido em 255.343 ações de valor nominal de 1 (um) Euro. **4** - O Município de Guimarães subscreveu 255.343 ações”. iii) – Junta-se o Relatório elaborado por Revisor Oficial de Contas que determina o valor dos bens que vão ser transmitidos para a VITRUS, como aumento de capital, de acordo com art.º 28º por remissão do art.º 89º, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais (**Doc. 3**); iii) – Junta-se a deliberação da Assembleia Geral da VITRUS, que aprova o aumento de capital em espécie por parte do Município de Guimarães (**Doc. 4**)” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA JOÃO DEMELO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA, SÃO PAIO



E SÃO SEBASTIÃO – Presente a seguinte proposta: “A postura de trânsito que vigorava na Rua João de Melo, desde 1998, previa o condicionamento de trânsito a moradores e cargas e descargas, no período das 08h00 às 12h00. Com a implementação, em curso, do projeto de requalificação da Rua João de Melo, a possibilidade de estacionamento será suprimida, pelo que o modelo de utilização do espaço público neste arruamento deverá ser atualizado. Para o efeito, preconiza-se a interdição de trânsito na Rua João de Melo, exceto cargas e descargas, no período das 07.00 às 10.00, à semelhança de outras zonas com condicionamento de trânsito, designadamente no eixo Rua Condestável Nuno Álvares – Praça de S. Tiago, sem prejuízo do acesso para estacionamento em domínio particular (garagem). Face ao exposto, será de submeter à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na Rua João de Melo, União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, conforme postura em anexo.” A postura de trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO - NORMAS MUNICIPAIS APLICÁVEIS À ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR AOS ALUNOS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2016/2017

– Presente a seguinte informação: “Com o objetivo de dar resposta a algumas das questões levantadas pelos estabelecimentos de ensino relativamente à atribuição de transporte escolar aos alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, entenderam os Serviços desta Divisão Municipal ser necessário elaborar um documento que, em conformidade com legislação em vigor sobre a matéria, esclarecesse as dúvidas e ao mesmo tempo contribuísse para melhorar os procedimentos a observar na organização dos

processos de transporte escolar. Por outro lado, com a elaboração deste documento pretende-se, igualmente, no âmbito da certificação de qualidade desta Divisão, contribuir para a implementação de metodologias de gestão e de controlo de serviços, que respondam de forma mais eficiente e eficaz às necessidades sentidas pelos estabelecimentos de ensino. Neste sentido, e de modo a que o documento possa atempadamente ser levado ao conhecimento das escolas, em anexo, apresentamos a proposta de *Normas Municipais Aplicáveis à Atribuição de Transporte Escolar* para aprovação em reunião de Câmara. À consideração superior.” As Normas Municipais Aplicáveis à Atribuição de Transporte Escolar dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ALUNOS COM CARÊNCIA ECONÓMICA - ATIVIDADE VERÃO NO CAMPUS –

Presente a seguinte proposta: “O Programa Verão no Campus foi desenvolvido pela Universidade do Minho com o intuito primordial de promover a cultura, a ciência, a arte e as letras junto dos mais jovens, a apoiar os estudantes que pretendem o ingresso no Ensino Superior, no processo de escolha de uma área profissional. A lógica subjacente ao programa intenta a experimentação e exploração de várias atividades relacionadas com as áreas temáticas das diferentes escolas que integram a Universidade do Minho, numa aproximação real e concreta com o trabalho a realizar em cada uma das áreas e das saídas profissionais, acompanhados integralmente por técnicos e grupos de estudantes neste processo experiencial. Visa ainda promover o contacto com a realidade do Ensino Superior e promover o estabelecimento de relações interpessoais entre os alunos participantes. Neste âmbito, e



considerando que a participação nestas atividades compreende um custo de inscrição de €40,00 por aluno, e atentando ainda a que os alunos com maior carência económica se vêm frequentemente alheados deste tipo de oportunidades, pretende a Câmara Municipal de Guimarães apoiar a inscrição de dez alunos provenientes de cada uma das quatro escolas de ensino secundário do concelho, num total de quarenta, indicados pelos próprios estabelecimentos de ensino, no programa Verão no Campus, cuja frequência se veria coartada sem este apoio. De igual modo, contribuir-se-á para a sedimentação de um processo de escolha vocacional destes alunos. Assim, e ao abrigo da al. hh) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribui à Câmara Municipal a competência de “deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes;” propomos a atribuição de um subsídio no valor de €1.600,00, isentos de IVA ao abrigo do artº 9º do código do CIVA, correspondentes ao pagamento de inscrição de quarenta alunos. Este valor integra já despesas com transporte, alimentação e seguros.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DE PARTE DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL CULTURAL DESPORTIVO RECREATIVO DE VILA NOVA DE SANDE EM 2016 - 1º ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 14 de abril de 2016 foi deliberado aprovar o apoio a 52 Instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social Cultural Desportivo Recreativo de Vila Nova de Sande, este último com um subsídio de €30.000,00 (trinta mil euros) para aquisição de uma viatura e obras de substituição do telhado. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 27 de

maio de 2016 um protocolo com o Centro Social Cultural Desportivo Recreativo de Vila Nova de Sande, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no mesmo dia 27 de maio, o Presidente desta instituição, Anthony Rodrigues, solicitou à Câmara Municipal a alteração de parte do objeto deste subsídio de modo a que seja repartido da seguinte forma: €10.000,00 (dez mil euros) para aquisição de uma carrinha, €12.500,00 (doze mil e quinhentos euros) para apoio a despesas no desenvolvimento de atividades e €7.500,00 (sete mil e quinhentos euros) para obras (saída de emergência do Ginásio). Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 2024/2016 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 14 de abril, e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto (...), para o apoio destinado à aquisição de uma viatura, despesas no desenvolvimento de atividades e para obras (saída de emergência do Ginásio). A alteração da Cláusula 3ª, n.º2 – Comparticipação, nos seguintes termos: A verba referida no número anterior será libertada após apresentação do(s) documento(s) comprovativo(s) da aquisição do equipamento e das despesas efetuadas, através de autos de medição, após informação prestada pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais, e conforme disponibilidade financeira do Município.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - SOL DO AVE – ASSOCIAÇÃO PARA O



DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO AVE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal pela Sol do Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, para apoio à execução do projeto IN-Ruas para 2016, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio àquela instituição ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de 15.000,00 euros (quinze mil euros) de modo a manter a qualidade da intervenção na redução de riscos e na minimização de danos junto de pessoas com consumos problemáticos de drogas no Centro Histórico de Guimarães. Considerando que o consumo de drogas tem implicações não só ao nível da saúde física e mental dos consumidores mas também ao nível dos seus relacionamentos interpessoais, aumentando-se a probabilidade de ocorrência de situações de marginalidade e exclusão social, o projeto IN-Ruas implementa no terreno, com recurso a uma equipa de rua multidisciplinar, um importante trabalho de proximidade que permite a redução significativa destes comportamentos de risco, garantindo um correto encaminhamento para estruturas com respostas sociais e de saúde, pelo que é muito pertinente apoiar este projeto. A Sol do Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – SUBSÍDIO

MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, Lda., remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de aprovação de 62 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 3 de junho de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.**-----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – PROPOSTA DE REALOJAMENTO - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, Lda., remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de uma habitação em realojamento convencional, por desistência, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 3 de junho de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.**-----

AÇÃO SOCIAL - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TOMÉ DE ABAÇÃO – SUBSÍDIO PARA O PROJETO DE REABILITAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO SALÃO PAROQUIAL PARA CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO – Presente a seguinte proposta: “A Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tomé de Abação solicitou um apoio financeiro para a realização do Projeto de Reabilitação e Adaptação do Salão Paroquial para Centro de Dia



e Apoio Domiciliário, apresentando para o efeito uma fatura referente aos respetivos honorários no valor de €5.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O Departamento de Obras Municipais procedeu à análise dos documentos apresentados, tendo concluído que os valores indicados refletem corretamente a dimensão e natureza do projeto a executar. Assim, reconhecendo-se que estas valências sociais destinam-se à comunidade em geral e reconhecendo-se, também, a comprovada relevância da Instituição e do seu trabalho, proponho ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja submetida à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tomé de Abação, no montante de €6.150,00, para comparticipar nos custos de realização do Projeto de Reabilitação e Adaptação do Salão Paroquial para Centro de Dia e Apoio Domiciliário." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - APOIO EXTRAORDINÁRIO AO MOTO CLUBE DE GUIMARÃES - 21º CONCENTRAÇÃO MOTOTURÍSTICA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: "Há vinte e um anos que o Moto Clube de Guimarães vem organizando a sua concentração "*motard*", que já percorreu diversos espaços do nosso concelho. Esta concentração, que movimenta mais de 5.000 "*motards*", que chegam à nossa Cidade dos mais variados pontos do País, terá lugar este ano entre os dias 29 a 31 de julho, pelo segundo ano consecutivo no Multiusos de Guimarães e espaços exteriores adjacentes, onde serão realizadas diversas atividades. Este ano, porém, o elevado número de expositores e participantes determina a necessidade do aluguer de Meia Nave, com um custo de 3.000 euros, pelo que se propõe um apoio financeiro ao Moto Clube de Guimarães desse valor, bem como o seguinte apoio

logístico: cedência de material elétrico para iluminação de um espaço exterior e respetivos técnicos, 30 mesas para montagem de uma pequena feira de artesanato, colocação de ecopontos e colaboração da Policia Municipal. Assim, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €3.000,00 (três mil euros) ao Motor Clube de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - APOIO EXTRAORDINÁRIO AO UNIÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE GUARDIZELA –

Presente a seguinte proposta: “A União Cultural, Desportiva e Recreativa de Guardizela, só com meios próprios, tem desenvolvido um trabalho notável de criação de uma infraestrutura de apoio a uma modalidade com pouca expressão em Guimarães, o golfe, mas que vai ganhado uma dimensão muito significativa em todo o país. Esse campo de golfe, com uma área próxima dos 5 ha, disponibiliza 15 greens, sendo que seis são exclusivos para golfe e nove para pitch, numa infraestrutura que é já uma referência no norte do país e por onde já passam cerca de 5.000 pessoas por ano. Também utilizando os seus próprios meios, vêm desenvolvendo ações de promoção de modalidade, quer através da realização de torneios, quer através da disponibilização graciosa do espaço para as escolas e para comunidade local, o que pretendem continuar a fazer num futuro próximo. Para isso, têm já agendados dois torneios - a 24 de junho e nas Gualterianas - e pretendem lançar já em Setembro uma Academia de Jovens, onde a preocupação se centrará em disponibilizar aulas teóricas e práticas de golfe gratuitas à comunidade escolar vizinha de Serzedelo, Moreira e Lordelo, no âmbito de uma parecia com a Federação Portuguesa de Golfe. Para



garantir a continuidade deste projeto formativo, para apoio aos dois torneios que pretendem realizar e para apoiar o conjunto de obras que já efetuaram naquela infraestrutura desportiva, solicitam o apoio da Câmara, pelo que proponho, nos termos do RMADG, a atribuição de um subsídio extraordinário no valor de 15.000 euros. Assim, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €15.000,00 (quinze mil euros) ao União Cultural, Desportiva e Recreativa de Guardizela.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

DESPORTO - VITÓRIA SPORT CLUBE – RECONSTRUÇÃO DE MURO E ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE NO COMPLEXO DESPORTIVO

– Presente a seguinte proposta: “O Vitória Sport Clube solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras de reconstrução de muro e estabilização de talude no complexo desportivo. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €81.091,59, acrescido de IVA a taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade, atendendo às condições de segurança de que as mesmas visam melhorar, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio extraordinário, no valor de €99.800,00, ao VITÓRIA SPORT CLUBE, para as obras de reconstrução de muro e estabilização de talude no complexo desportivo. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de

medição por parte do Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**DESPORTO - CLUBE ACADÉMICO DE CASTELÕES -
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO -**

Presente a seguinte proposta: “O Clube Académico de Castelões solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras de manutenção e conservação das suas instalações desportivas, existentes há quase 40 anos. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €23.809,30, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse do equipamento para a comunidade em geral, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio ao Clube Académico de Castelões, no valor total de €29.300,00. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----